



O Pensamento Jornalístico Português nos alvares dos anos 40: o contributo do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas (1941-1945)*¹

Jorge Pedro SOUSA²

Liliana Mesquita MACHADO³

Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media e Jornalismo

RESUMO

Este trabalho teve por objectivo descrever, através de uma análise qualitativa do discurso, os conteúdos do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, publicado entre 1941-1945, em plena ditadura salazarista do Estado Novo, determinando: (1) quais os assuntos abordados pelo *Boletim* quando em questão estavam os jornalistas e as condições do exercício profissional do jornalismo em Portugal; e (2) quais os enquadramentos simbólicos construídos discursivamente. Concluiu-se que os redactores desse periódico sindical se preocuparam com a delimitação conceptual da profissão de jornalista, num tempo em que as fronteiras da mesma eram indefinidas, e com a sua dignificação, quer como forma de reforço da identidade da classe, quer como eventual base para a reivindicação (sindical) de melhores condições para o exercício profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria do jornalismo; história do jornalismo; jornalistas; Portugal; *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*.

INTRODUÇÃO

Embora anteriormente, em Portugal, tenham ocorrido tentativas de agregação dos que se consideravam jornalistas em organizações profissionais⁴ e mesmo num Sindicato dos Profissionais da Imprensa (de Lisboa), dissolvido pelo Governo salazarista, em 1933, foi a instituição do Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ) pelo Estado Novo, em

¹ Trabalho apresentado no GP de Teoria do Jornalismo, DT1 – Jornalismo, XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Pesquisa apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER. Projecto PTDC / CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078.

² Professor catedrático e pesquisador da Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal) e do Centro de Investigação Media e Jornalismo (Lisboa, Portugal), livre-docente (agregado), pós-doutor e doutor em Jornalismo. Email: jpsousa@ufp.edu.pt

³ Mestre em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal) e doutoranda em Jornalismo na mesma instituição. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

⁴ Alfredo da Cunha (1941a, p. 34) referencia as seguintes: Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, 1880; Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1882; Associação dos Jornalistas (de Lisboa), 1896; Associação da Imprensa Portuguesa, 1897; Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa (de Lisboa), 1904; (2ª) Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, 1907; Casa dos Jornalistas, 1921; Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1924; Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1934. Diz o mesmo autor que tiveram existência efémera ou não passaram da fase de congeminção a Associação dos Escritores e Jornalistas Portugueses (1925), a Sociedade de Homens de Letras, de 1870, a Sociedade dos Escritores Portugueses, de 1926, e outras associações que também admitiam jornalistas. O Governo também tinha permitido a criação de um Sindicato da Pequena Imprensa e Imprensa Regional, renomeado Sindicato da Imprensa Portuguesa por alvará de 19 de Maio de 1932 e posteriormente extinto.



1934, que dotou a classe, ao nível nacional, de um organismo sindical representativo, ainda que domado.

Com sede em Lisboa, o Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ) propunha-se abranger “na sua esfera de acção, jurisdição e competência todo o território nacional”, podendo, estatutariamente, criar secções nas cidades sedes de distrito; poderia, ainda, fazer equiparar eventuais sindicatos de jornalistas que viessem a ser constituídos nas colónias às sedes distritais, desde que a lei não dispusesse de outra maneira (Art.º 1º dos *Estatutos* do SNJ de 1934). Na revisão estatutária de 1940, porém, já se explicita que o seu âmbito se restringia aos “jornalistas do continente e ilhas adjacentes” (Art.º 1º), mantendo o Sindicato a sua sede em Lisboa (Art.º 2º) e podendo criar secções nas localidades em geral (art.º s 43º e 46º). No entanto, o âmbito nacional do SNJ só viria a ser oficialmente estabelecido pelo decreto-lei n.º 41231, de 14 de Agosto de 1957 e acabaria por ser estendido às províncias ultramarinas (ex-colónias) pela portaria n.º 18097, de 3 de Dezembro de 1960.

Em 1941, passados sete anos sobre a sua fundação, o Sindicato Nacional dos Jornalistas começou a editar uma primeira série do seu *Boletim*, que duraria até 1945 (embora o último número abarque um período de quatro anos, de 1942 a 1945), tendo a sua publicação sido descontinuada, possivelmente, por força de um despacho do subsecretário de Estado das Corporações, datado de 21 de Janeiro de 1943, que suspendia os órgãos de imprensa dos sindicatos (certamente difíceis de controlar na sua totalidade) e conjecturava sobre a possibilidade de publicação de um jornal diário aberto à colaboração dos diversos sindicatos.

Segundo o “editorial” de apresentação, com o *Boletim*, o Sindicato tinha por objectivo “corresponder à necessidade verificada de uma estreita comunicação do Sindicato com a classe”⁵. Esse *Boletim* é um objecto de estudo relevante para se compreenderem as ideias e sentimentos dos jornalistas portugueses em plena II Guerra Mundial, num tempo em que o Estado Novo de Salazar se consolidava, a censura à imprensa florescia e em que o panorama jornalístico nacional era dominado pela cultura do impresso.

O objectivo geral da pesquisa é apreciar os conteúdos do *Boletim*, prestando especial atenção ao enquadramento discursivo dado aos jornalistas e ao exercício da actividade jornalística, num contexto histórico marcado pela ditadura do Estado Novo (1933-1974). Ou seja, pretende apurar-se *do que fala e como fala* o *Boletim* do SNJ quando os

⁵ [Editorial], *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, n.º 1, Março de 1941, p. 3-4.



jornalistas são o tema, o que pode consubstanciar-se nas seguintes perguntas orientadoras da pesquisa:

- 1) Quais os temas do discurso metajornalístico do *Boletim* do SNJ sobre os jornalistas e as condições do exercício profissional do jornalismo em Portugal em plena ditadura salazarista do Estado Novo?
- 2) Quais os enquadramentos simbólicos construídos discursivamente pelo *Boletim* do SNJ sobre os jornalistas e as condições do exercício profissional? Ou seja, como olharam os redactores do *Boletim* do SNJ para eles próprios e para os seus camaradas de profissão, tendo em conta o contexto da época?

A hipótese a testar é a de que o *Boletim* do SNJ, para além de, enquanto órgão sindical, ter atentado nos problemas e dilemas dos jornalistas e do jornalismo em Portugal na primeira metade da década de 40, também contribuiu para a teorização nacional do jornalismo, tendo, em particular, abordado alguns dos temas estruturantes do Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974, como a questão da liberdade de imprensa e a clarificação e delimitação do conceito de “jornalista profissional” (SOUSA, coord. *et al*, 2010).

A apuração de dados qualitativos sobre o discurso do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, conforme propõe Sousa (2006, pp. 343-376), restringiu-se à inventariação, anotação e descrição dos principais enquadramentos discursivamente sugeridos para os jornalistas e para as condições de exercício da profissão e à tentativa de clarificação das intenções dos respectivos enunciadores. Tendo em conta a vastidão do universo sobre o qual incidiu a análise, criou-se, tal como aconselha o mesmo autor (SOUSA, 2006, pp. 352-374), uma grelha de assuntos abordados pelo *Boletim*, lendo-se o periódico em causa, e procuraram-se determinar e registar exemplos dos principais enquadramentos de sentido (incluindo os contraditórios) sugeridos para os assuntos identificados como centrais.

1. Os jornalistas no discurso do *Boletim* do SNJ

Sobre os jornalistas, o que diz o *Boletim* do SNJ e que significados sugere para aquilo que diz? Um dos problemas – aliás relacionado os requisitos para se ser sindicalizado – era o da definição de jornalista ou, pelo menos, de *jornalista profissional*. De facto, num tempo em que muitos se intitulavam jornalistas porque faziam do jornalismo uma ocupação secundária desempenhada por prazer ou por necessidade política ou literária, haveria que distinguir os amadores dos profissionais – que teriam direito à carteira



profissional, título obrigatório para se usufruírem dos direitos correlatos ao exercício da profissão. Luís Teixeira (1945, p. 135-146), então director da publicação, procura associar a definição do território da profissão à evolução histórica do próprio jornalismo e do sindicalismo jornalístico:

O momento crítico na história da imprensa surgiu quando, ao fim da primeira década deste século, apareceram os grandes jornais modernos. O jornalismo fixou-se como um modo de vida (...). Paralelamente ao desenvolvimento da grande imprensa diária constituiu-se um jornalismo profissional acentuadamente definido e (...) as associações de imprensa, que a princípio eram puramente idealistas (...) e (...) admitiam (...) lado a lado com os jornalistas profissionais, muitas outras pessoas – literatos, professores, etc. – que apenas ocasionalmente estavam relacionadas com os jornais, revelavam, já em 1928, nítida tendência para se reconstruírem numa base estritamente profissional. (...) No nosso país (...) sempre se atribuiu especial importância, para a classificação profissional, ao princípio expresso (...) pelos termos “principal dos recursos”, relacionando a remuneração do trabalho jornalístico com a de outras actividades que o profissional possa desempenhar. Exige-se (...) que o exercício profissional seja feito por forma efectiva, permanente e remunerada.

O jornalismo seria, em consequência, segundo Luís Teixeira, uma verdadeira profissão, definida por ser ocupação principal, permanente e remunerada, pelo que nem todos os colaboradores de jornais poderiam ser considerados *jornalistas profissionais*. Estes, para ele, conforme se lê no excerto de texto seguinte, são verdadeiros “procuradores das multidões”, ou seja, representantes do povo na procura de informação. Dentro dessa lógica, o autor enaltece os repórteres, para ele figuras cimeiras do jornalismo profissional e que apelida de “caçadores de sensações” e “perseguidores da vida”.

A reportagem, fulgor e definição do jornalismo moderno, (...) [é destinada] a um mundo que adquiriu com o choque das ideias e a explosão brusca dos acontecimentos uma sensibilidade mais ansiosa (...). À “concisão e à simplicidade” antigas (...) juntou-se o “gosto do sensacional”, tendência que é, no dizer de um observador germânico, “o romantismo dos homens de acção”. Surgiram então os trabalhadores profissionais do noticiário, da pequena e da grande reportagem, caçadores de sensações e perseguidores da vida nos seus mistérios (...) Olham-se esses homens de gola levantada que saem quase ao amanhecer de umas casa onde se ouve, constantemente, o retinir de muitas campainhas eléctricas, o martelar de máquinas de escrever (...). Dentro de minutos, (...) o leitor encontra, no bocejar do seu estremunhamento (...) – o jornal. Para isso um grupo de homens trabalhou dia e noite (...). São esses homens – os jornalistas – os verdadeiros procuradores da multidão. Pelo seu punho ela escreve nas páginas dos diários o registo das suas memórias e das suas ansiedades, dos seus arrebatamentos e das reacções dos seus casos. Ela tudo entrega ao jornalista: – a confiança dos seus pecados e a confissão dos seus delitos; a narrativa das suas ambições e o capricho da sua inconstância, os seus males, os seus infortúnios, as suas queixas e os seus aplausos. (TEIXEIRA, 1941, p. 181-184)

Um problema de sempre do jornalismo – profissional ou não – é o da relação com o público. Que relações os jornalistas devem estabelecer com ele? Joaquim Manso (1945,



p. 270) é de opinião que o jornalista deve pautar a sua acção por uma certa independência em relação aos gostos do leitor e trabalhar para lhe elevar o espírito. Porém, o autor também está seguro de que um jornal industrial, em concorrência, para sobreviver, tem de encontrar um ponto de equilíbrio entre esse desejo e os interesses e necessidades do público:

Existe um problema delicado – fundar, lançar e sustentar um jornal, com a intenção de não turvar as águas de que o povo bebe (...). Muito importa que o público não seja escravo do que lê nem o jornalista escravo do seu leitor: devem um ao outro atenções e mútuos respeitos. Entre a quantidade e qualidade convém saber escolher, de modo que, quando aumentam as tiragens e as receitas, isso não signifique que a matéria abafou o espírito.

O exercício profissional do jornalismo, efectivamente, seria fonte de muitas incompreensões por parte do público, que cobraria ao jornalista uma espécie de onisciência que, como qualquer ser humano, ele não possui: “Mal imagina o público exigente, que lê distraidamente o jornal e é implacável para com as suas ligeiras imperfeições, que exaustivo labor representam as suas informações, em geral exactas e bem ordenadas.” (SOUSA, 1945, p. 266)

Às vezes, o público até consideraria o jornalismo uma “profissão de falhados”, como escreve José Ribeiro dos Santos (1941, p. 139), apesar de ser o jornalismo o “alimento espiritual” de muita gente:

Parece ser ideia por algumas pessoas assente e um tanto divulgada a de que o jornalismo é uma profissão de falhados. (...) Em boa verdade, dentro de um jornal, um jornalista é apenas (...) uma peça dessa complicada máquina de cujo rigoroso funcionamento depende, em cada dia, o melhor ou pior alimento espiritual (...) de quase toda a gente.

Numa sociedade que desconfiaria dos jornalistas, que valores deveriam estes cultivar para com a sua conduta lograrem credibilizar a sua profissão e legitimá-la socialmente? Por outras palavras, que valores deveriam presidir à ética jornalística? José Ribeiro dos Santos (1941, p. 139-141) responde acentuando que tendo os jornalistas influência na sociedade e possuem direitos inerentes ao seu exercício profissional, pelo que teriam de exercer a sua profissão com responsabilidade “intelectual e moral”. Isso passaria por saberem quase omniscientemente o que se passa – mesmo que o jornalismo já então rumasse para a especialização, conforme o próprio autor nota. E para compensar o facto de o ingresso na profissão não exigir títulos profissionais, Ribeiro dos Santos (1941, p.



139-141) ainda pede ao jornalista um esforço pessoal de investimento no seu capital cultural:

Isto (...) leva (...) uma recordação (...): a da influência do jornalista na vida social. Ninguém se furtará, (...) a assinalar esta influência (...). O jornalista (...) pelo alto significado da missão que deve desempenhar (...), tem de se impor pelas suas próprias virtudes – e essas virtudes serão de ordem intelectual e moral. No domínio intelectual – cada um de nós tem de ser uma espécie de enciclopédia viva (...). Há, por certo, a especialização: mas nunca será um jornalista completo aquele que se entronizar no pedestal da sua especialidade (...). Para isso, porque a profissão é exercida sem que nenhum título ou preparação especial sejam exigidos, cada um compreenderá (...) o dever de apurar a sua cultura. Hoje, um repórter tem de estar a postos para tudo (...). Dir-se-á: é exigir muito em troca de muito pouco. Exactamente. A objecção colhe – mas é preciso que não colha. O nobilitamento da profissão é tarefa que incumbe ao próprio profissional (...).

Pela mão do mesmo autor, fica a conhecer-se um dilema ético que então afligia os profissionais do jornalismo portugueses – a indistinção de funções entre a redacção jornalística e a publicitária. A situação colocava em cheque um valor profissional acarinhado pelos jornalsitas, o da *independência*. Ribeiro dos Santos (1941, p. 140) exige, por isso, a separação entre as funções jornalísticas e as publicitárias:

Um aspecto que nos parece muito digno da nossa atenção é este: o da separação absoluta, rigorosa, entre as funções, por assim dizer, redactoriais e administrativas, jornalísticas e publicitárias. Quer dizer: o verdadeiro código do jornalista vedar-lhes-ia ingerir-se em assuntos de publicidade. (...) Aos (...) jornalistas (...) que fizessem parte dos quadros das redacções, seria interdito o trato de assuntos do mesmo género. (...) Precisamos todos de sentir (...) que [a] (...) independência [dos jornalistas] não sofrerá em qualquer emergência a mais leve ameaça de diminuição. (SANTOS, 1941, p. 139-141)

Numa das muitas tentativas de persuadir os pares e o público da enorme dificuldade – mas também da enorme dignidade – da profissão de jornalista, Fernando Alberto Pimentel (1945, p. 142-145) faz um “Elogio do Jornalista”. No artigo, além de sugerir que ao jornalista são exigidas qualidades quase sobre-humanas e total devoção ao trabalho – incluindo aqui a luta pela *cacha*, o autor também reconhece que o jornalista tem, ao fim de contas, um significativo poder simbólico sobre o público, pois para ele a imprensa é “uma arma”:

Ser jornalista, hoje em dia, representa ser um soldado. A responsabilidade actua sobre ele, e o seu dever tem de ser cumprido (...), pois é (...) necessário que o (...) público seja informado (...) do que se faz no mundo (...) e essas informações hão-de ser absolutamente concretas e claras. (...) O jornalista não pode basear-se em dúvidas, mas sim em certezas. (...) Tem que ser concreto e simples, pois deve atender a que aquilo que escreve é lido por pessoas (...) variadas (...). Além disso tem de ser do seu tempo (...). Tem (...) de ser crítico e observador, pronto a ver aquilo que não é dito



em linguagem corrente e que oculta qualquer coisa. A variedade de notícias faz dele um homem culto (...). O sacrifício faz parte integrante do seu ser, porquanto não vive para si, mas para o (...) público (...). A sua missão é (...) obter de qualquer modo as notícias por tantos disputadas, mas que ele (...) tenta obter em primeiro lugar. (...) Hoje (...) é preciso contar que, ao lado dos soldados das cinco armas, outros alinham, ao serviço de uma das mais terríveis, mais poderosas e, ao mesmo tempo, mais benéficas armas: a Imprensa. Ela é, sem dúvida, a sexta arma.

Os jornalistas portugueses da década de 1940 lutavam, efectivamente, pela clarificação conceptual e pela dignificação da sua profissão, que, conforme escreve Pimentel (1945, p. 143), impunha enormes responsabilidades. Isso torna-se patente nos discursos que sugerem ser o jornalismo uma profissão “superior”, mesmo que não estivesse sujeita a formação específica:

E quem (...) orientou, esclareceu, informou, ventilou problemas (...), se tornou o intérprete das (...) opiniões ou dos (...) clamores, trabalhou para (...) ser prestável? Um homem que não é convenientemente apreciado – o jornalista. Com efeito não há nada que mais espante que o desdém que muita gente afecta pelo jornalismo, considerando-o como o último refúgio das vocações fracassadas. Num país onde pulula o diplomado, que a si mesmo se atribui uma categoria intelectual incomparável, o homem que escreve nos jornais não merece a essa gente a devida consideração (...). Um jornalista néscio ou ignaro não existe, porque ele próprio, com esses atributos negativos, se estiolaria nas necessidades quotidianas do seu mister (...). O jornalista não tem curso privativo que o habilite a desempenhar a sua actividade mental e nisso (...) se pretende basear a inferioridade implícita, dado que o acesso dos postos que ele ocupa se alcança sem habilitações especiais. Mas haverá cursos de talento? Aprende-se em algum sítio aquilo que é mais difícil de fazer, como seja o exprimir com clareza as ideias que se procuram transmitir? (GARÇÃO, 1945, p. 8-9)

Mas ser-se jornalista – de *jornal*, bem entendido – não seria uma tarefa fácil. Um texto do então chefe da delegação do diário portuense *O Primeiro de Janeiro* em Lisboa, Manuel dos Santos (1941, p. 39-40), intitulado “O Jornalismo”, lembra que entre os jornalistas alguns triunfam, mas outros serão sempre figuras de segunda linha, por muito que todos sejam necessários para a missão crucial do jornalismo – fazer um jornal que fale dos aspectos visíveis e invisíveis da “vida” nas suas diferentes nuances, com respeito pelo público a que este se dirige:

O jornal – eis a vida. E como a vida é tudo o que passa, o que se vê e não vê, o homem que a capta nas suas variadas manifestações tem do público consideração e até certo ponto respeito ou susto, conforme os assuntos que focar forem do agrado ou desagrado da opinião corrente, evidenciem um acto de nobreza ou ponham a descoberto uma miséria moral. (...) Esse homem é o jornalista. É antes de tudo a sua missão social que lhe dá importância; mas se para a sua realização mais alguma coisa possui além do feliz registo esquemático de uma ideia, ou de um acontecimento, então a importância do escriba sobe no conceito público, passando a ser lido com maior interesse, que é como quem diz, recebe a consagração natural ao seu valor. Estes são os “ases”, os outros simples figuras ou cartas brancas; mas como no jogo só serve o baralho, na



factura do jornal são também indispensáveis todas as cartas, mesmo as de mínimo interesse, porque todas têm lugar e significado próprio.

A responsabilidade pela redacção do “artigo de fundo” corresponderia, ao tempo, ao momento de consagração para vários jornalistas. No entanto, segundo Manuel dos Santos (1941, p. 39-40), essa consagração seria mera ilusão e poderia até transformar-se em desilusão. O autor elogia, assim, as figuras de segundo plano do jornalismo, a “grei” dos jornalistas, os únicos que acabariam por se manter na profissão – uma profissão que, aliás, representaria, no fundo, mais “escravidão” do que “glória”:

Se o vulgo, em geral, não tem preocupações estéticas, ou se mesmo as ideias expandidas o não interessam, outros há porém, que vêm no jornal e na sua expansão uma maneira de se celebrizarem. Para estes o “fundo”, ou melhor ainda o grande acontecimento vistosamente enroupado de cores, emotivo, forte de expressão, torna-se sedutor, verdadeiramente sugestivo. Os sonhadores de glória julgam, na sua ilusão, poderem atingir por aquela via o que o seu sonho lhes dita. Puro engano! O certo é que muitos desses iludidos, em qualidades, caem nas redacções dos jornais para iniciar a carreira e a maioria deles saem como entraram, quando a triste realidade lhes mostra que, afinal, o interior está em desacordo com a fachada, que o jornalismo é uma canga, em vez de um colar de pedras preciosas. (...) Pertencentes à grei ficam por fim os mais fortes, os tenazes, os que acabam por vencer pelas qualidades, aqueles que, enredados, lá envelhecem, esperando a saída, que não encontram. (SANTOS, 1941, p. 39-40)

Semelhante elogio à “arraia-miúda” do jornalismo – a grei da profissão sem a qual o jornal não existiria – surge, também, da pena de Norberto de Araújo (1945a, p. 151):

A personalidade de um jornal avalia-se dentro da grei da imprensa e a personalidade de um jornalista dentro do seu próprio jornal. Mas um jornal amalgama-se dentro do conjunto do jornalismo de um mesmo país; o jornalista confunde-se dentro do quadro da sua própria casa de trabalho. Isto só se pode notar ao fim de muitos anos, e é este sacrifício do jornalista ao jornal e do jornal à imprensa que enobrece esta arte e valoriza esta profissão. (ARAÚJO, 1945, p. 151)

A “grei da imprensa”, em grande medida, traduzia-se na figura do repórter, assim enaltecida por Eduardo Schwalback (1941, p. 51-53):

E sem que nos seus ombros cintilem as dragonas de general, quem é que, por sua intimidade com o público, se torna indispensável ao leitor (...)? Sem dúvida (...) o repórter (...) O escol de cada classe social não passa sem ler o artigo de fundo, mas uma grande parte do público, (...) só excepcionalmente o lê, preferindo-lhe a notícia, a reportagem. Jornal sem repórter, por mais bem escrito que seja, ou morre à nascença ou goza vida efémera (...) No minarete da sua mesa de trabalho, dando a saber acontecimento de vulto, o repórter, se tem garra leonina, engrandece-se e engrandece o jornal. (...) Ah! Repórter, Repórter (...)! Por tua mão entram no jornal e são transmitidos ao público os sucessos principais do dia, cujos pormenores investigaste com diligência e destreza para que a tua notícia se imponha pela factura, pela verdade dos factos e pela visão do que os determinou. Depois, o artigo de fundo, se o caso



merecer essa honra, a porá em relevo, censurando, aplaudindo ou tirando ilações. Se, porém, do artigo brota uma flor, foi a tua notícia que lhe serviu de haste. (...) Só por ti, desempenhas no jornal e na sociedade um lugar cuja responsabilidade, valor e influência moral são indiscutíveis.

Similarmente a Eduardo Schwalback, também Acúrcio Pereira (1941, p. 125-126) elogia a figura do repórter. Alegadamente secundarizado, segundo o autor, no jornalismo português, vivendo no anonimato, o repórter seria, no entanto, para ele, mais importante para os jornais do que outros jornalistas. Ser repórter seria, aliás, segundo Acúrcio Pereira (1941, p. 125-126), uma forma de dar continuidade a uma nobre tradição histórica, que em Portugal teria tido por primeiro expoente o cronista Pero Vaz de Caminha:

Pero Vaz Caminha (...) é o primeiro repórter português. Nele se reúnem a verdade da narração, a simplicidade expressiva dos dizeres, o sentido da responsabilidade do encargo, o espírito agudo de observação (...). Empunhando a pena de pato ou a caneta de tinta permanente, o *repórter* tem sido, em Portugal (...), o colaborador persistente e anónimo (...) que a todos os transe nacionais tem oferecido a sua sinceridade, o crepitar do seu amor profissional exclusivo, as humildes provações de todas as horas. Os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Alemanha sabem quem são os seus grandes *repórteres* (...). Na nossa terra, (...) o verdadeiro *repórter*, aquele que é base, corpo e alma dos jornais de grande informação, esse nasce e morre anónimo, como nasce e morre pobre. (...) Ao atribuir ao repórter português um antepassado como Pero Vaz Caminha, não quis dar-lhe carta de nobreza que não fosse a da verdade e da dignidade da narrativa. Quem sinceramente amar a sua profissão de jornalista há-de preferir, sem dúvida, a qualidade de *repórter* a outra mais especulosa com que tanta boa gente se orna sem razão nem motivo.

Para se ser um bom repórter, seria preciso assumir riscos, ter alguma latitude interpretativa e expressiva e desenvolver uma ética profissional de respeito pelo próximo. E ainda assim o repórter corria o risco de ser um eterno incompreendido:

O coração do *repórter* tem de impressionar-se com as lágrimas da criança ou da viúva, com a massa sangrenta do corpo do trabalhador que o desastre mutilou; a sua vista penetra muitas vezes tenebrosas intimidades; ouve os gritos despedaçadores das almas em frangalhos. À sua mesa, como o disco de gramofone, mas não maquinalmente como ele, reproduz o que viu e ouviu. Não tudo, é certo, mas apenas porque assim o recomendam o pudor e o respeito pelo próximo. E quantas e quantas vezes os outros, passado o transe, ainda maldizem o *repórter* ou fingem desconhecê-lo! (PEREIRA, 1941, p. 126-127)

Alguns jornalistas, no entanto, consideravam, ainda assim, que o artigo de fundo deveria ser o ponto forte de um jornal, o agente que vincaria a sua personalidade e a sua atitude perante o mundo. Só que o público, soberano, mas hipoteticamente mal formado, para alguns autores, pouca consideração revelaria por esses textos:



Pode o artigo ser uma obra-prima de doutrinação e da dialéctica. Esbarra muitas vezes com a desatenção do público incapaz de reflexão e solicitado pelas futilidades da vida mental de ocasião. Com que amargura considera o articulista a ineficácia do seu escrito, em que pôs todo o esforço do seu espírito, todo o calor do seu patriotismo, todo o ser poder de convicção. (SOUSA, 1945, p. 267)

Um tema diferente é levantado por Joaquim Leitão (1941, p. 65-70). O autor sugere que a passagem pelo jornalismo é benéfica para os escritores e para os políticos porque os ajuda a objectivarem a expressão e a compreenderem o mundo – em suma, o jornalismo seria a melhor escola para a vida, para dirigentes e dirigidos. No entanto, o seu texto também é relevante para se compreender a informalidade e rudimentaridade, isto é, a quase ausência de profissionalismo, no jornalismo português das primeiras décadas do século XX:

É ao jornalismo que o escritor fica devendo (...) a sobriedade, a simplicidade, o poder de comunicação, o poder de síntese, faculdades construtivas. Tanto que se conhece (...) o escritor que passou pelo jornalismo: nas faculdades de movimento e de contenção, na faculdade de criar interesses e teatralização do tema, na eliminação dos desnecessários pormenores, nas qualidades de impressionabilidade, na clareza, na exposição rectilínea da ideia, em tudo quanto pode fazer um escritor senhor da sua principal ferramenta – a linguagem e a arquitectura da concepção, a vida dos temas, a atmosfera, a perspectiva, tudo quanto torna viva a escrita e a emoção e pessoal o estilo, já independizado das influências deslumbradoras. (...) E (...) não se compreende o homem de governo ou (...) o (...) dirigente que não saiba manejar a pena. (...) É nessa escola (...) que deve matricular-se a mocidade literária e política que se destina a governar amanhã (...) porque até para aprender a guardar segredos políticos, diplomáticos (...) não há como o hábito profundo de saber, dia-a-dia, segredos de Estado, e de assistir às grandes amarguras e às tristes mesquinhas dos homens! E em meio algum se está tão em contacto com a vaidade, com a insignificância, com as falhas, com os ridículos, com os defeitos, com as chagas e também com as cintilações da alma humana como no jornalismo. (...) Em suma: o jornalismo é escola para dirigentes... e para dirigidos também. (...) Pelo contacto universal dos assuntos ali se aprendem todas as ciências; pelo contacto obrigatório com o público ali se professa a suprema ciência de conhecer o Homem.

Pode afirmar-se, em jeito de resumo, e tendo em conta os excertos de texto escolhidos para amostra, que os redactores do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* se preocuparam, marcadamente, com a delimitação conceptual da profissão de jornalista, num tempo em que as fronteiras da mesma eram indefinidas, e com a sua dignificação, quer como forma de reforço da identidade da classe, quer como eventual base de reivindicação (sindical) de melhores condições para o exercício profissional.

2. O Estado Novo e o jornalismo no *Boletim do SNJ*

O período do Estado Novo não foi fácil para o jornalismo português. A ditadura impunha a censura à imprensa, o que reduzia a autonomia dos jornalistas e atentava



contra alguns dos valores que contribuía para o imaginário identitário da profissão, como o da *independência*, o da *liberdade de expressão do pensamento* e o do *respeito pela verdade*. Nem tudo podia ser dito. E havia coisas que tinham de ser ditas, mesmo contra vontade. Ainda assim, alguns jornalistas portugueses de então pareciam apoiar o Estado Novo e admitiam que o jornalismo se tornasse num instrumento da propaganda salazarista, ainda que, paradoxalmente, com “isenção”:

Os jornais estão patrioticamente ao lado do Governo, prontos a colaborar em todos os grandes empreendimentos, na propaganda de todas as manifestações públicas, orientando e aconselhando o povo, ajudando-o a discernir o bom do mau juízo, quer em matéria da política externa, quer interna, proclamando o caminho traçado pelos dirigentes. Com a maior isenção, os nossos jornais zelam e pugnam pelos interesses dos portugueses, acarinham os seus desejos e fazem-se eco das suas reclamações justas. (...) A imprensa em Portugal, pode afirmar-se, tem concorrido dedicadamente para o desenvolvimento de todas as actividades nacionais (...). É uma imprensa nobre e honrada, que se esforça por colaborar na obra de ressurgimento do país e por bem servir o povo português. (ROSA, 1941, p. 110-111)

Outros aceitavam subordinar o jornalismo à causa nacionalista do Estado Novo, ainda que com algumas reservas e cautelas – pois seria preciso abrir os jornais ao mundo exterior e perdoar eventuais erros em nome do bem maior da sua existência:

Consideramos o jornal a mais nacionalista de todas as instituições de um povo. O seu nacionalismo é, mesmo, a única razão da sua existência. Os jornais grande-indústria (...), se não forem nacionalistas, não têm nada que fazer na sua terra (...), [mas] aquele nacionalismo não pode, na imprensa, (...) estar alheio ao mundo exterior, às sugestões da cultura e do pensamento de além-fronteiras. E julgamos que ele não pode ser jacobino, isto é: intolerante, hermético, com fronteiras nas almas e correntes de ferro nas ideias. O excesso de nacionalismo é o regresso ao isolacionismo, incomparável com o nosso tempo, e corre perigos iguais aos do internacionalismo desbragado.

O jornal é o fiel de uma balança, e excessos, se os teve, se os tem – erros, desvios, irreflexões episódicas – eles nada contam, nem pesam, ante o mundo dos benefícios que espalha. (ARAÚJO, 1941, p. 122-123)

Assim, é visível que apesar da repressão da liberdade de imprensa perpetuada pelo Estado Novo, alguns dos jornalistas portugueses do início da década de 1940 defendiam a política salazarista. Fernando Sousa (1945, p. 267-268), por exemplo, vê com bons olhos o refreamento da liberdade de imprensa, em nome da responsabilidade na condução da opinião pública:

É exaltada a Imprensa à categoria de sacerdócio e de facto pode e deve exercê-lo. A actual constituição política do País definiu assim a opinião pública:
“Art.º 22.º – A opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum.”



Quão longe estamos da liberdade absoluta reivindicada pela imprensa para expor ideias subversivas e excitar as paixões!

Consideramo-la o que realmente é: uma grande força social com a missão de esclarecer conscienciosamente a opinião conforme o bem comum e assumindo por isso tremendas responsabilidades. Julgou-se, em certo tempo, onipotente e irresponsável com direito à liberdade ilimitada, senhora absoluta da opinião. (SOUSA, 1945, p. 267-268)

Pedro Mayer Garção (1945, p. 10-11), por seu turno, escreve o seguinte sobre a legitimidade da censura prévia e sobre a uniformidade dos jornais, esta consequência daquela:

Justamente porque o público não pode dispensar a imprensa, esta tem de ser escrupulosa na substância dos seus temas, levar as consequências dos mesmos até à transparência das suas intenções, sem que jamais ofereça o flanco da ambiguidade às ilações malsãs. Tornou-se famosa a divisa que atribui à Imprensa certo grau de similitude com o pão material, ambos susceptíveis de serem fiscalizados como alimentos que se equiparam. (...) Temos de partir do princípio que o jornal – concretamente, o jornal português – deixou de ser o órgão de uma clientela partidária para se converter no representante e servidor da nação. Nada que a possa prejudicar deve ter guarida nas suas colunas. A vida da nação nele se espelha (...) e o jornal torna-se o intérprete dos seus interesses superiores e da sua orientação política. Desta forma, quem quiser tomar o pulso às nossas atitudes ou às nossas reacções não tem mais que pegar nos jornais que entre nós se apregoam. A uniformidade de vistas com que depara dar-lhe-á, de entrada, a falsa noção de que todos os jornais obedecem a um “mot d’ordre” que lhes sufoca o livre comércio das ideias antagónicas – e concluirá por uma ausência de personalidade em que vislumbra a decadência do jornalismo como tribuna de vozes discordantes, cada uma possuída da sua verdade. Conclusão errónea. A imprensa portuguesa está voluntária e conscientemente integrada no espírito (...) da nação; e oferecendo, toda ela, o espectáculo de uma unidade sem brechas, (...). Nunca a imprensa foi tão política como nos últimos tempos, não o parecendo, contudo.

O jornalismo português estaria, assim, segundo se infere das palavras de Garção, subordinado aos interesses da propaganda política salazarista e seria, mesmo, para consumo interno e externo, um veículo dessa propaganda. O autor, porém, apresenta essa situação como algo *positivo* para o país. E não se interroga, sequer, sobre eventuais fronteiras entre propaganda e jornalismo.

Fica a dúvida sobre se os jornalistas portugueses escreveram o que escreveram em prol do Estado Novo por convicção pessoal e ideológica ou por razões de necessidade ou simples oportunismo.

Considerações finais

A releitura do discurso do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* permite afirmar que os redactores do periódico procuraram transmitir a ideia de que o jornalismo era uma verdadeira profissão cujas fronteiras teriam de ser delimitadas, a



exemplo do que sucede nas profissões liberais. Isso exigiu um esforço de conceptualização sobre *quem* poderia ser considerado profissional do jornalismo – indivíduos que exercessem permanentemente a profissão num diário ou numa agência noticiosa, como actividade principal, e fossem remunerados por isso. Assoma dos textos também uma tentativa de fazer dos *repórteres*, dos membros *arraia-miúda* do jornalismo sem a qual não existiriam jornais, frequentemente (e injustamente?) anónimos, os paradigmas da profissão, em detrimento do escol de articulistas, conhecidos, que, em alguns casos, fariam do jornalismo um mero trampolim para outros lugares.

A conceptualização da profissão empreendida pelos colaboradores do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* foi acompanhada por uma luta simbólica em prol da sua dignificação, quer perante os próprios jornalistas, quer perante terceiros. São assim frequentes, no periódico, os apelos à melhoria das condições materiais (salariais) e morais do exercício profissional bem como as sugestões de que o jornalismo é uma profissão difícil e, às vezes, incompreendida, até porque os jornalistas estão sujeitos a erros, como quaisquer seres humanos. Igualmente frequente nos textos dos redactores do *Boletim* do SNJ é o ponto de vista que atribui aos jornalistas qualidades incomuns de devoção e sacrifício – ao ponto de o jornalismo ser mesmo encarado por Joaquim Leitão (1941) como uma boa escola de vida para escritores e políticos.

Segundo os redactores do *Boletim*, dos jornalistas esperava-se uma enorme cultura geral, apesar de o jornalismo tender, já então, para a especialização. Tendo em conta a influência social do jornalismo, exigia-se-lhes o cultivo de valores profissionais e o desenvolvimento de uma ética de responsabilidade nas relações com o público. Sugeriria-se, nesse campo, o respeito pela verdade, a luta pela *cacha*, a separação entre a redacção jornalística e a publicitária ou a independência na decisão editorial, ainda que respeitando necessidades e interesses legítimos do público e das empresas jornalísticas. Mas também se invoca a devoção patriótica à nação, ou melhor dizendo, ao nacionalismo salazarista e, neste sentido, parece que se procura admitir a possibilidade de o jornalismo ceder à propaganda. Efectivamente, das palavras dos redactores do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* infere-se a existência de fracturas ideológicas entre os jornalistas portugueses dos anos quarenta. Os jornalistas não constituíam um monólito ideológico e havia quem, entre eles, compreendesse e aceitasse as políticas do Estado Novo, mesmo no que respeita ao refreamento da liberdade de imprensa e à censura.



Pode, de qualquer modo, afirmar-se que apesar de agir dentro do contexto de um regime ditatorial e totalitário, o Sindicato Nacional dos Jornalistas teve, no início dos anos quarenta, uma importante acção para a dignificação da profissão e para a definição conceptual da sua natureza e de quem poderia ser efectivamente considerado jornalista. O SNJ procurou, sobretudo, traçar uma fronteira – talvez algo elitista – entre os profissionais, a quem eram outorgados os deveres e os direitos fixados pela lei e pelos acordos corporativos, e os amadores, que por escreverem em jornais se consideravam a si mesmos jornalistas. Tendo o *Boletim* do SNJ em consideração, é correcto afirmar, aliás, que as energias dos jornalistas profissionais portugueses através do SNJ foram mais canalizadas, nos alvares da década de quarenta do século passado, para a melhoria do seu estatuto profissional do que para o combate em prol da recuperação das liberdades cívicas, nomeadamente da liberdade de imprensa.

É possível também concluir que o discurso adoptado pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas no *Boletim* é predominantemente informativo e moderado, com pretensão de esclarecimento da suas acções e não de incitamento à luta sindical ou ao combate contra as empresas jornalísticas. Um discurso, portanto, bem enquadrado na ideologia do Estado Novo – que permitia a discussão dos princípios – e nos próprios estatutos sindicais, que rejeitavam, nomeadamente a “luta de classes”.

No que respeita à contribuição dos jornalistas portugueses da primeira metade da década de quarenta do século passado para a construção do Pensamento Jornalístico Português, pode dizer-se que eles se preocuparam em dar respostas a questões relevantes para a conceptualização da profissão: Quem somos? O que é e o que faz um jornalista? O jornalismo é “verdadeiramente” uma profissão? Quem “verdadeiramente” é jornalista? As respostas a essas e outras questões relevantes para o imaginário e para a identidade profissionais nem sempre foram consonantes, mas foram, normalmente, pertinentes. Sobretudo, elas dão uma panorâmica do que pensavam os jornalistas portugueses de meados do século passado sobre a sua profissão. Portanto, como derradeira consideração, é possível aceitar a hipótese colocada na introdução, pois o *Boletim* do SNJ abordou alguns daqueles que, de acordo com Sousa (coord.) *et al.* (2010), são os temas estruturantes do Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974, nomeadamente a liberdade de imprensa e a delimitação das fronteiras do jornalismo profissional e da natureza do jornalismo.

Referências bibliográficas



ARAÚJO, Norberto de, O sacrifício do jornalista ao jornal e do jornal à imprensa, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945, p. 150-151.

ARAÚJO, Norberto de. Das *Relações* e da *Gazeta* de 1641 ao jornalismo do século XX. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 122-124.

CUNHA, Alfredo da. **Jornalismo nacional**. Das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses. Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 8 de Maio de 1941. Separata do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, n.º 2. Lisboa: Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1941.

GARÇÃO, Pedro Mayer, Missão e projecção do jornalismo na nossa terra, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945, p. 7-11.

LEITÃO, Joaquim, Escolas gerais, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 65-70.

MANSO, Joaquim. O jornalismo. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945, p. 269-273.

PEREIRA, Acúrcio. Pero Vaz de Caminha: O primeiro “repórter” português. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 125-127.

PIMENTEL, Fernando Alberto, Elogio do jornalista, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945, p. 142-145.

ROSA, João Pereira da, A imprensa portuguesa de hoje. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 109-112.

SANTOS, José Ribeiro dos, Da profissão, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 139-141.

SANTOS, Manuel dos, O jornalismo, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 1, Junho de 1941, p. 39-40.

SCHWALBACK, Eduardo, O jornal e o teatro, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro, 1941, p. 51-53.

SOUSA, Fernando de. [Sem título]. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945, p. 264-269.

SOUSA, Jorge Pedro (coord.) *et al.* **O pensamento jornalístico português: Das Origens a Abril de 1974**. 2 volumes. Covilhã: Livros LabCom, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. 2ª edição revista e ampliada. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

TEIXEIRA, Luís, O que é ser jornalista? **Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas**, n.º 5, 1945, p. 135-141.

TEIXEIRA, Luís, Profissionais do jornalismo, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 181-184.